



# DIREITO CONSTITUCIONAL



Estratégia

OAB

# SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Sejam bem-vindos ao nosso *Simulado com Correção em Vídeo* para a **2ª fase do 44º Exame de Ordem**. Esta rodada de temas **não terá uma correção individualizada**, conforme nosso cronograma de aulas.

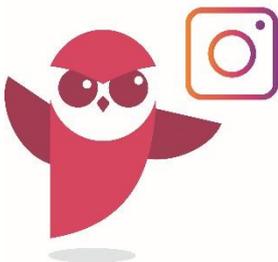
Teremos uma correção online que acontecerá no sábado (dia 14.09.25), ao vivo às 14h, direto do canal do youtube do Estratégia OAB. Caso você não possa assistir, fique tranquilo. Nos dias seguintes à transmissão do evento, nossa equipe irá realizar a edição e o vídeo ficará vinculado à aula correspondente.

Orientações importantes:

1. *O simulado acontecerá nos moldes do edital 44º Exame de Ordem. A peça processual equivalerá a 5,00 (cinco) pontos. O aluno deverá desenvolver um texto em forma de peça processual jurídica com, no máximo, 150 linhas. Para as respostas das questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada.*
2. *Procure realizar o simulado nas condições reais do dia da prova. (tempo, ambiente, material de consulta...lanche...enfim...rs)*

Um ótimo simulado a todos. ;)

INSTAGRAM



@profkamilasantiago

Abs,

Profª. Kamila Santiago.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

O Município Gama, situado na região sul do território brasileiro, vem enfrentando há meses severas dificuldades no âmbito da educação básica municipal, resultando em constantes conflitos entre gestores públicos, professores, estudantes e familiares, tanto de nacionais quanto de estrangeiros residentes na localidade.

Para evitar o agravamento desse quadro, a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a Lei nº XX/2025. O Art. 1º desse diploma normativo dispôs sobre as diretrizes e bases da educação nacional, de modo a atender às peculiaridades nacionais, estaduais e municipais, com foco para o interesse local.

O Art. 2º, por sua vez, confere prioridade de contratação e exercício da atividade docente para professores de nacionalidade brasileira, restringindo a atuação de estrangeiros regularmente habilitados e residentes no país.

À luz desse quadro, o Partido Político Beta, que conta com apenas um Senador no âmbito do Congresso Nacional, contratou os seus serviços como advogado, para que ingressasse com a medida judicial cabível, perante o Tribunal Superior competente, de modo a obstar a aplicação da Lei nº XX/2025 do Município Alfa. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

## QUESTÃO 01

O Presidente da República editou decreto autônomo, dispondo sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública Federal. O Deputado Federal Marcos, entende que o ato viola a Constituição da República e contraria o interesse público. Por essa razão, pretende que o Partido Beta ajuíze a medida judicial adequada para questionar o decreto, pela via do controle concentrado de constitucionalidade.

À luz do quadro apresentado, e de acordo com sistema jurídico-constitucional brasileiro, responda de forma fundamentada os itens a seguir:

- A) A edição do decreto autônomo pelo Presidente da República encontra amparo constitucional?
- B) Considerando o sistema de controle concentrado de constitucionalidade, qual é a ação cabível para impugnar um decreto autônomo editado pelo Presidente da República?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 02**

José, Governador do Estado Beta, é acusado de influenciar diretamente no resultado de uma grande licitação para beneficiar Maria, sua esposa. Mia, alemã nata e naturalizada brasileira, com candidatura deferida para disputar a eleição de Senadora, procura você, advogado(a), a fim de saber se pode ajuizar uma ação constitucional para anular a licitação e resguardar o patrimônio público, bem como o princípio da moralidade administrativa.

Diante do caso narrado, responda, fundamentadamente:

- A) Mia, na condição de naturalizada brasileira, possui legitimidade ativa para ajuizar ação constitucional com a finalidade de anular a licitação?
- B) Se Mia se tornar Senadora, ela poderia ser Presidente do Senado Federal?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 03**

O Estado Delta editou a Lei nº XX com o intuito de promover investimento público na área da saúde. A Lei aumentou a dotação orçamentária dos hospitais públicos estaduais, como, também, visou auxiliar financeiramente os hospitais privados que comprovassem, que sua margem de lucro estaria sendo insuficiente para investir em uma melhor qualidade no atendimento.

Com base na situação hipotética apresentada, responda aos questionamentos a seguir:

A) A Lei Estadual nº XX encontra respaldo na CRFB/88?

B) Qual é a medida judicial de controle concentrado cabível para analisar a compatibilidade da referida lei com a CRFB/88?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 04

A Câmara dos Vereadores aprovou a Lei nº XX, de iniciativa do Vereador João, com o objetivo de aumentar a remuneração do cargo Y do Poder Executivo. Durante a tramitação na Câmara dos Vereadores, foi aprovada uma emenda parlamentar que estendeu esse aumento também ao cargo W.

Com base no ordenamento jurídico-constitucional vigente, responda aos questionamentos a seguir.

A) A Lei Municipal nº XX é constitucional?

B) Qual é a ação cabível para submeter a Lei nº XX do Município Alfa ao controle concentrado de constitucionalidade diretamente perante o Supremo Tribunal Federal?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

